



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

ATA 01/2024

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e trinta e nove minutos realizou-se no Auditório da Junta de Freguesia da Nazaré, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José Alexandre Serra Sales e secretariada por João Nunes Vieira e Anabela Delgado Zarro Balau. -----
Além dos membros da mesa, fizeram parte da sessão os Senhores: Maria Celeste Ferreira Cardador, José Carlos Petisca Pereira, João Pedro Azevedo Pessa, Pedro Miguel Pinto Marques, Valter José Lameiro Soares, Ricardo Jorge Batista dos Santos e Ricardo António Mafra Germano Esgaio - **eleitos pelo Partido Socialista**; Tânia Gandaio da Silva, Nuno Filipe Figueiredo dos Santos, António Absalão Ova dos Santos, Maria Helena Rodrigues Vaz, Susana Dinis Gonçalo, Rui Pedro Marques Venâncio e Edmundo José Couto Barbosa - **eleitos pelo Partido Social Democrata**; Cláudio Miguel Lopes Peça, Jéssica Louraço e Helena Isabel Copa da Silva - **eleitos pela Coligação Democrática Unitária**; Telma Laborinho Ferreira – **eleita pelo Bloco de Esquerda**; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga, respetivamente, Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, e da Nazaré, e o Senhor Tesoureiro da Junta de Freguesia de Valado dos Frades, Vítor Manuel Marques Varela. -----

Solicitaram a substituição os Senhores: Jorge Ribeiro (BE); Cândida Coelho (PSD) – suspensão de mandato por oito dias; Sara Vidal (CDU); Vasco Sousa (CDU); Samuel Fialho; Carla Abegão (PS); Carolina Pires (PS); Lara Maranhão (CDU); Samuel Oliveira (CDU). -----

Esteve presente **o executivo camarário**, composto pelos Senhores Manuel l Sequeira, Ana Neto, Orlando Rodrigues, Maria de Fátima Duarte, Paulo Jorge Reis e João Delgado. -

A Senhora Vereadora Regina Piedade Matos não esteve presente na sessão da Assembleia tendo justificado a sua ausência. O Senhor Vereador João Delgado não esteve presente na sessão, mas justificou a sua ausência. -----

A Senhora Deputada Helena Copa, apresentou à **Mesa da Assembleia:**

1 – Proposta (enviada por e-mail e lida na sessão): -----

“Exmo. Sr. Presidente,

Ao abrigo do nº. 2, do artigo 16º., do Regimento da AMN, damos entrada na Mesa da AMN de uma proposta que visa a alteração à Ordem do Dia desta sessão, com a introdução de mais um ponto, conforme se estabelece na referida proposta, que, com a autorização da Mesa passamos a ler: -----

O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré (AMN) apresenta para discussão e votação a seguinte proposta: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

Considerando que o assunto aqui proposto para deliberação diz respeito à posição assumida pelo executivo municipal que governa a autarquia que aprovou a Cessação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre a Câmara Municipal da Nazaré e a Junta de Freguesia de Valado dos Frades em 2015, com as alterações colocadas ao longo dos anos; -----

Considerando ainda que o ponto em apreço tem o número 35/2024, e foi aprovado, na reunião de câmara em 08 de janeiro de 2024, por maioria, pelo executivo que governa o município da Nazaré, conforme consta da certidão da Acta, onde se lê também na deliberação a indicação do seu envio à AMN para deliberação final; -----

Considerando também que é da maior urgência a resolução deste imbróglia porque a Junta de Freguesia de Valado dos Frades, tal como as restantes juntas do concelho, tem obrigações e resoluções a tomar no exercício das suas funções que não se compadecem com demoras de mais dois meses para resolução deste assunto na próxima Assembleia Municipal; -----

Considerando, por fim, que o que se passou na reunião do executivo, bem como a sua tomada de posição relativamente à Junta de Freguesia de Valado dos Frades, deve ser contrariada por este órgão fiscalizador autárquico, devido ao facto de tal deliberação poder incorrer em várias ilegalidades, claramente manifestadas no Parecer da ANAFRE, solicitado pelo executivo da Junta de Freguesia de Valado dos Frades, que também se junta a esta proposta e aqui se dá por integralmente reproduzido dela passando a fazer parte integrante. -----

Estando expostas as razões desta proposta que visa que se delibere o assunto agora enviado à AMN, propõe a bancada da CDU: -----

1- Que se delibere em sentido contrário ao do executivo e se mantenha em vigor o

Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre a Câmara Municipal da Nazaré e a Junta de Freguesia de Valado dos Frades em 2015, com as alterações introduzidas ao longo dos anos; -----

2- Que a deliberação seja inequivocamente a de manter o contrato ativo e não a sua cessação como pretendia o executivo municipal que governa a autarquia; -----

3- Se aprovada esta proposta deve ser dado conhecimento do resultado a todo o executivo municipal. É o que se propõe para deliberação ao plenário da AMN. Nazaré, 23 de fevereiro de 2024. O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré". -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

2 – Proposta (lida na sessão e entregue na Mesa da Assembleia no próprio dia): -----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré (AMN), ao abrigo do n.º 2, do artigo 16.º do regimento deste órgão, apresenta para discussão e votação a seguinte proposta: -----

Considerando a clara falta de um ponto para deliberação no Edital desta sessão, os membros eleitos pela CDU na AMN, após constatarem tal falta, enviaram ao Sr. Presidente da Mesa desta assembleia um requerimento com pedido de alteração da Ordem do Dia e do Edital que juntamos a esta proposta, tal como juntamos a resposta recebida do Sr. Presidente da AMN, e nova exposição e solicitação enviada pela CDU, que se dão todos aqui por integralmente reproduzidos e que dela fazem parte integrante;

Considerando ainda que o assunto em falta, chegou mesmo à mesa da AMN para fazer parte desta sessão, mas por iniciativa do Sr. Presidente do órgão não foi colocado na Ordem do Dia, contrariamente ao que deveria ter sucedido; -----

Considerando então que o assunto a deliberar diz respeito à Cessação do Contrato -----

Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre a Câmara Municipal da Nazaré e a Junta de Freguesia de Valado dos Frades em 2015, com as alterações colocadas ao longo dos anos; -----

Considerando, pois, que o ponto em falta, tem o número 35/2024, e foi aprovado, na reunião de câmara em 08 de janeiro de 2024, por maioria, pelo executivo que governa o município da Nazaré, sendo ainda que na sua deliberação consta a indicação do seu envio à AMN para deliberação final; -----

Considerando também que é da maior urgência a resolução deste imbróglio porque a Junta de Freguesia de Valado dos Frades, tal como as restantes juntas do concelho, tem obrigações e resoluções a tomar no exercício das suas funções que não se compadecem com demoras de mais dois meses pela resolução deste assunto; -----

Estando expostas as razões para esta proposta e conscientes de que se encontram cumpridos todos os aspetos legais que se veem espelhados no N.º 2, do artigo 16.º, do Regimento desta AMN, bem como na restante Lei geral onde se encontra também tal manifestação, e pelo acima exposto, o Grupo Municipal da CDU na AMN propõe: -----

1 - A introdução de um novo ponto na Ordem do Dia desta sessão, ponto n.º.20, para discussão e deliberação do assunto recebido pela Mesa da AMN, mas não colocado na Ordem do Dia nem no Edital pelo presidente deste órgão, assunto esse que versa a proposta de Cessação do Contrato Interadministrativo celebrado entre a Câmara Municipal da Nazaré e a Junta de Freguesia de Valado dos Frades em 2015, entretanto enviado pelo Grupo Municipal da CDU a todas as bancadas com assento neste plenário para conhecimento, análise e deliberação final; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

2 - Se aprovada a introdução de novo ponto, o seu número será nº. 20, e deve o mesmo ser discutido e votado no momento certo desta reunião, no último lugar da Ordem do Dia. É o que se propõe para deliberação ao plenário da AMN. Nazaré, 23 de fevereiro de 2024 O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré. -----

Pedimos à mesa que proceda em conformidade com a Lei e o Regimento, no sentido da alteração agora proposta. Obrigado”. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, fez referencia à entregue das duas propostas, como sendo duas situações diferentes e solicitou à Dra. Helena Pola, que se pronunciasse de forma a se saber se juridicamente, se poderá aceitar essa situação. **Interveio a Dra. Helena Pola**, para dizer que, a proposta lida em último lugar, respeita os termos da Lei, no sentido de que a própria Lei 75/2013, que regula o funcionamento deste Órgão, prevê que se proponha a alteração à Ordem do Dia, que se proponha a introdução dos pontos na Ordem do Dia, desde que se considere 2/3 dos Membros da Assembleia que considere que esse ponto e/ou a votação desse ponto seja urgente. Que, a partir do momento que se cumpram esses dois requisitos, e se 2/3 da Assembleia, assim o entender, o ponto, será introduzido. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Marques**, começou por cumprimentar todos, e quis complementar, dentro do que foi dito pela Dra. Helena Pola, que realmente aquilo que consta do artigo 50 da Lei 75/2013, pode ser aprovada a inclusão do ponto por 2/3, considerando o carácter de urgência. Que, aquilo que teve conhecimento, é que o contrato se mantém válido. Que, foi aprovada a revogação em reunião de Câmara, mas que ainda não transitou para a Assembleia, para o Órgão deliberativo, encontrando-se o contrato válido, não tendo sido agendado, pelas justificações que o Presidente já deu, e que se teve conhecimento de que poderá em todo o caso, repetir, e que a análise PS será que não faz sentido a inclusão do ponto, porque não se revela urgente, uma vez que o contrato permanece válido, integralmente válido, até à deliberação do Órgão deliberativo. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que disse que, complementando o que disse o Senhor Deputado Pedro Marques, a informação de que estavam à espera tinha a ver com o pedido do Senhor Presidente, que deu conhecimento na Comissão Permanente e se já tiver o teor desse parecer, que só depois de terem essa informação é que poderão estar com toda a informação para poderem votar, conscientemente. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Helena Vaz**, que disse que, na resposta dada pela Mesa, ao primeiro requerimento, que está a sua explicação e que diz... “nesse sentido, e com base na minha competência legal, decidi não integrar estes dois pontos na Ordem do Dia, de 23, a solicitar esclarecimentos sobre a minha dúvida, ao executivo camarário. Foi essa a razão que estive na base, da não inclusão dos dois pontos em causa e não será alterada a Ordem do dia fixado... e que pretende saber, se o Senhor Presidente recebeu uma resposta, ou um esclarecimento à sua dúvida? -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia**, respondeu que nesse sentido, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

na medida em que faz ali uma explanação, mas que já a deu aos líderes de bancada, em Comissão Permanente, na quarta-feira e basicamente o que sucedeu foi: quando chegou as propostas de ordem de trabalho, vinham dois pontos, e não um, e que não foi só a cessação do contrato Interadministrativo, foi a cessação e também o reforço. Que, foram dois pontos, que na sua ótica, eram contraditórios, um com o outro, e que se dirigiu aos serviços jurídicos e que solicitou esclarecimentos sobre achar que a inclusão daquele ponto não faria muito sentido, sendo duas coisas contraditórias para a mesma Junta e que até à presente data, não recebeu essa resposta. Que, as suas dúvidas se mantêm. ---

Rejeitada, a inclusão da proposta, com 12 votos contra; 7 abstenções e 5 votos a favor. – Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Marques que quis apresentar a declaração de voto e disse que... “A bancada do PS votou contra, por considerar que devem ser esclarecidos todos os assuntos pendentes e uma vez que não prejudica, nem a Junta de Freguesia de Valado dos Frades nem os fregueses de Valado dos Frades, votaram contra e será deliberado quando tiverem esses assuntos esclarecidos “. -----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

1 - ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023 – (Apreciação e votação)

Aprovada, por unanimidade. -----

Não tomaram parte na votação os membros que não estiveram presentes na referida sessão.

2. LEITURA DO EXPEDIENTE

Tomado conhecimento. -----

3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:

O Senhor Presidente da Assembleia, disse que, já informou os líderes de bancada que foi tomada por unanimidade, uma decisão, em Comissão Permanente, que por sua proposta de acrescentar aos tempos que todas as bancadas têm, no momento, no período Antes da Ordem do Dia, e não estando em Regimento, foram acrescentados quatro minutos a mais, se necessários, a todas as bancadas. Que, existia a possibilidade de dividir, 16 ou 15 minutos, pelo número de Deputados, mas achou que seria melhor, serem os tempos para todos de igual modo, ou seja, acrescentar ao tempo que têm mais quatro minutos. Que pediu, a todas as bancadas que todas as moções ou todos os assuntos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

tiverem que apresentar, que o façam nesse tempo, já estando em vigor e que entrará em Regimento quando se fizer uma alteração. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que fez a sua intervenção:

*“Em vésperas de mais umas eleições legislativas em que a política está a ser debatida todos os dias e é tema de preocupação e atenção mediática diária, muito por causa da situação caótica a que o nosso país chegou, obra desta política socialista dos últimos anos, cumpre-nos apelar a quem nos ouve, **que não abdicuem dos seus direitos e que não fiquem em casa em 10 de março e votem!** -----*

O nosso concelho, após 10 anos de governação socialista não fica aquém da imagem do país atual e consideramos que, o nosso papel aqui será também essencial para o nosso pequeno mundo, que é o concelho da Nazaré, e que também tem de melhorar a muitos níveis, e por isso temos vindo a chamar à atenção para muitos problemas que aqui, à semelhança do que acontece no nosso país, se resolvam os problemas concretos da população que nos elegeu. -----

Nomeadamente com a necessidade de captar para o nosso concelho, mais indústria, mais médicos, atendendo que apesar da existência de um equipamento de saúde novo, continuamos com falta de médicos de família no nosso concelho. -----

Ao nível do trânsito e ruas, as artérias do nosso concelho, apresentam grandes problemas e com as intempéries vão-se agravando. -----

Continuamos a mostrar como nosso cartão de visita na zona das ondas gigantes – acessos à zona do farol e praticamente Rua 25 de Abril no Sítio da Nazaré, completamente degradada, com buracos, digna de um país de 3.º mundo; -----

Temos uns sanitários no Sítio colocados na zona do mercado, que nunca foram abertas e tanta falta fazem; -----

A Avenida Nogent Sur le Marne está a abater na zona onde existiu uma intervenção recente. -----

Vemos muitas tampas de esgoto soltas, o que causa barulhos incómodos a quem reside naquelas zonas. -----

Sinais caídos ou por colocar. -----

Acreditamos que não é esta a imagem que querem que os turistas levem da nossa terra!

Acredito que, e é por isso que cá estamos não só para tomar conhecimento de transferências constantes de competências sobre matérias como a saúde, educação, ação social, habitação, vias públicas, e até para transferências de áreas portuárias para depois deixar tudo na mesma, ou por vez pior! -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

Gostaríamos de saber qual o ponto de situação em relação a possíveis arranjos de estradas o que têm previsto. -----

Sobre o concurso para a atribuição de fogos de habitação social que decorreu, se já está concluído? -----

Questionamos ainda, sobre a situação dos campos de paddle junto às piscinas, era suposto ser um processo rápido, não se vislumbra qualquer avanço. -----

Queremos saber sobre a questão da ponte do rio da areia e da praça 25 abril qual o ponto da situação já se resolveu? -----

Atendendo que apenas nos foi dada resposta apenas a uma questão das inúmeras que temos feito nas últimas assembleias, voltamos a interpelar o executivo, nomeadamente sobre a questão das contas relativas às “festas do sítio”, ponto que se decidiu retirar para retificação das contas lá demonstradas e não regressaram. -----

Na Assembleia Municipal de 12.12.23 foi solicitado: -----

- *Relatório de tarefas efetuadas pelo responsável das oficinas municipais avançado;*
- *Plano Municipal de Trânsito para o Sítio para dias de ondas gigantes;*

Agradecemos os dados enviados, no entanto, existem pedidos anteriores que continuamos à espera. -----

*A bancada e o PSD estão e estará sempre disponível para contribuir para a melhoria do concelho e não vai nunca desistir de denunciar, propor e lançar de propostas de melhoria, continuaremos a nossa ação de fiscalização e continuaremos a ter orgulho e não deixar que este concelho se torne igual a uma qualquer vila do país, com todo o respeito às demais, **queremos voltar a ser a “Mais Típica Praia do País”** em vez de uma vila descaracterizada e sem brio! Nazaré, 23 de fevereiro de 2024, O Grupo do PSD”. –*

- Usou da palavra a Senhora Deputada Telma Ferreira, para fazer a sua intervenção:

***1 – BE – “Declaração Política”.** -----*

“É fácil dizer que se valoriza a cultura, difícil é garantir orçamento para ela”. -----

Começo esta intervenção política com uma frase da atual coordenadora do Bloco de Esquerda, Mariana Mortágua, para reforçar que uma Assembleia Municipal, não é apenas a casa da democracia local é também um reflexo da nossa cultura democrática.

Hoje, neste espaço símbolo de luta e resistência, o Bloco de Esquerda celebra a Cultura, em toda a sua dimensão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

Ao aproximarmo-nos dos 50 anos do 25 de abril, é imperativo refletir sobre as conquistas alcançadas e os desafios que ainda enfrentamos na construção de uma sociedade verdadeiramente livre, justa e igualitária. -----

Neste momento crucial da nossa história, recordamos com orgulho e gratidão a coragem e a determinação do povo português, que ergueu a sua cultura contra a opressão e a tirania, e que conquistou a liberdade e a democracia através do sacrifício e da luta. ----

O 25 de abril foi uma revolução cultural, social, económica e política que nos legou o Estado Democrático, que hoje tanto prezamos. -----

No entanto, sabemos que os nossos direitos não são dados adquiridos, mas uma conquista permanente que requer atenção, participação e compromisso cívico. -----

A saúde, a educação, a habitação, o trabalho e a cultura – são essenciais para garantir a dignidade e os direitos de todas as pessoas, e é nosso dever protegê-los e fortalecê-los em face de ameaças externas e internas. -----

No próximo dia 10 de março, enfrentamos desafios, sem precedentes, à nossa democracia, desde a ascensão do autoritarismo e do populismo até à crescente desigualdade económica e social. É fundamental resistir a essas forças obscuras e reafirmar os valores que unem a nossa cultura social - solidariedade, justiça, igualdade e liberdade. -----

Como partido de esquerda comprometido com a defesa dos direitos humanos e da justiça social, o Bloco de Esquerda está na linha da frente da luta pela proteção e promoção dos pilares da nossa democracia. -----

No ano em que celebramos os 50 anos do 25 de abril, reforço o nosso compromisso coletivo com os ideais que inspiraram esta revolução histórica e com os valores que definem a nosso Estado Democrático e a nossa Constituição. -----

Que esta seja uma oportunidade não apenas de celebrar o passado, mas também de renovar o nosso compromisso com o futuro, construindo juntos e juntas uma sociedade mais justa, livre e solidária. -----

Por uma vida boa para todas as pessoas”. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado João Pessa, para fazer a sua intervenção: -----

2 – PS “Voto de louvor ao Grupo Desportivo os Nazarenos”. -----

“Estávamos no ano de 1924 quando uma equipa liderada por José Batista Belo de Carvalho decidiu fundar o Grupo Desportivo "Os Nazarenos”. -----

Numa terra onde as dificuldades financeiras nunca foram impeditivas para que a população nazarena pudesse sonhar e concretizar projetos coletivos, também no ano de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

24 do século passado um grupo de cidadãos se uniu para capacitar a Nazaré com atividade desportiva. -----

Destemidos, "Os Nazarenos" sempre foram reconhecidos pela sua capacidade de luta, resiliência, garra e determinação. 100 anos depois, ainda hoje no distrito de Leiria, enfrentar este clube significa uma "dor de cabeça" para a equipa adversária. -----

clube fundador da Associação de Futebol de Leiria, formador de desportistas de elevado reconhecimento nacional e internacional, Emílio Peixe é um dos muitos exemplos que podíamos referir, Campeão Mundial de Futebol Sub-20 em 1991 e eleito melhor jogador da competição. -----

Na sequência da aprovação do voto de saudação apresentado na Assembleia da República por deputados eleitos pelo Partido Socialista, tendo como primeiro subscritor o deputado nazareno Salvador Formiga, valorizamos a trabalho desenvolvido até então pelas inúmeras figuras que honraram a história do clube, no plano associativo ou desportivo. -----

O Grupo Desportivo "Os Nazarenos" continua hoje a ser uma referência na formação de desportistas, mas principalmente de pessoas. Assembleia Municipal da Nazaré, 23 de fevereiro de 2023". -----

Aprovada por unanimidade. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Marques, para fazer a sua intervenção:

3 – PS “Proposta- convite à Agência Portuguesa do Ambiente - APA”. -----

Proposta: -----

“A Nazaré encontra-se identificada como um dos pontos no litoral que apresenta maior risco para pessoas e bens face às baixas condições de estabilidade da arriba (vulgo promontório), devido ao elevado uso e ocupação humana - urbana e turística - do topo, da fachada e da base dessa arriba. -----

Considerando que se encontra em curso a intervenção de estabilização das arribas promovida pela Agência Portuguesa do Ambiente. -----

Atendendo aos atrasos na execução da obra, nomeadamente na plataforma superior do ascensor e sua envolvente, que tem vindo a causar constrangimentos a empresários, população residente e visitante e consequentemente avultados prejuízos para os Serviços Municipalizados da Nazaré. -----

Vem a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Nazaré propor que seja endereçado um convite à Agência Portuguesa do Ambiente no sentido de comparecer e apresentar na próxima sessão da Assembleia Municipal explicações quanto ao desenvolvimento do projeto, atrasos na execução e ponto de situação à data. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

Se aprovada a proposta e caso seja aceite o convite pela Agência Portuguesa do Ambiente, deverá ser incluído um ponto na ordem do dia da próxima sessão, possibilitando aos deputados municipais os esclarecimentos que entendam necessários.

Assembleia Municipal da Nazaré, 23 de fevereiro de 2023”. -----

Aprovada por unanimidade. -----

4 – PS – Declaração Política: -----

“Obrigado Senhor Presidente,

Permitam-me nesta fase inicial fazer uma referência não ao dia de hoje, mas sim ao dia de amanhã, 24 de fevereiro. A data que assinala os 2 anos de uma violação brutal dos tratados internacionais e da integridade territorial de um país soberano. O início de uma nova era de instabilidade no mundo tal qual o conhecemos, que voltou a instalar o medo junto da população ainda vulnerável pelo período pandémico que atravessámos. -----

Deixar apenas a seguinte reflexão: se é certo que numa guerra não existem vencedores, na luta pela liberdade e democracia devem haver vencidos. E é por isso é que importante assegurar o apoio incondicional à Ucrânia, que garanta não só a sua capacidade de defesa, mas também a sua capacidade de reconstrução de um país que deverá com a brevidade possível, integrar a União Europeia e prosperar como os demais que integram o projeto Europeu. -----

Complementar ainda com uma palavra de solidariedade para com o povo Palestino. Como tive oportunidade de afirmar na última sessão, se repudiamos os ataques terroristas em território Israelita, não é aceitável a dimensão do ataque do exército de Israel e as consequências para civis inocentes, que poderá agravar-se caso se verifique a incursão militar em Rafah. -----

No plano local, ao dia de hoje, assistimos pela primeira vez neste órgão a uma reconfiguração do atual executivo camarário. Esta alteração resulta, como sabemos, da suspensão do mandato do Presidente da Câmara Municipal em virtude da candidatura nas listas do Partido Socialista pelo círculo eleitoral de Leiria às eleições legislativas agendadas para o próximo dia 10 de março. -----

Queremos por isso, expressar aqui votos de sucesso nesta candidatura que permitirá, assim o esperamos, manter uma voz nazarena na Assembleia da República Portuguesa, dando continuidade ao trabalho desenvolvido até então pelo deputado Salvador Formiga a quem agradecemos o serviço prestado ao país, ao distrito de Leiria e em especial ao concelho da Nazaré. -----

Estender naturalmente o especial cumprimento aos candidatos João Paulo Delgado e Graciano Dias. Independentemente das divergências políticas, e naturalmente que desejamos que os resultados eleitorais sejam mais favoráveis ao Partido Socialista do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

que à CDU ou à AD, reconhecemos o trabalho que têm desenvolvido nos seus partidos em prol da democracia. -----

Na sequência deste processo eleitoral, deixar um especial cumprimento ao Presidente em Exercício de Funções e à Vereadora Ana Neto. Desejar votos de sucesso nas novas funções e dizer desde logo que a bancada do Partido Socialista estará disponível para construir este novo ciclo de governação até ao final do mandato na base da continuidade daquele que é o bom trabalho desenvolvido até então e perspetivando uma mudança onde pode e deve haver lugar a tal. -----

Apesar de não estar agendado para a ordem do dia e porque já foi aqui referido, não posso deixar de tecer algumas considerações relativamente ao tema do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal da Nazaré e a Junta de Freguesia de Valado dos Frades. -----

O Partido Socialista da Nazaré teve oportunidade de manifestar publicamente a sua posição sobre o assunto. -----

No entanto, no tempo e no espaço próprio devemos também uma explicação sobre este tema. Hoje, como em dezembro de 2021 continuamos a não compreender a posição do Presidente da Junta de Freguesia de Valado dos Frades ou dos seus representantes legais no sentido de votação perante o documento estratégico que é o Orçamento Municipal. Porém, se em 2021 estávamos na sequência de um processo eleitoral em cima do processo de elaboração e discussão do Orçamento Municipal do ano seguinte, em 2023 sabemos que a negociação entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Valado dos Frades foi uma constante para que as reivindicações da Freguesia e da sua população fossem asseguradas nesse documento. Arrisco-me a afirmar que foi porventura, a Junta de Freguesia do concelho que teve o maior e mais profícuo processo negocial para a conclusão do Orçamento Municipal de 2024. -----

Mas o que ainda nos provoca maior surpresa são as declarações reproduzidas no comunicado do executivo desta Junta de Freguesia. -----

Referindo-se à proposta do executivo municipal de aumento de 5 mil euros, no valor a transferir pela CMN para a execução das competências constantes no contrato em causa, podemos ler “que aqui ninguém lhes pediu”. Ora, em sentido completamente oposto ao que acontece com as Juntas de Freguesia de Nazaré e Famalicão, que regularmente anseiam por mais recursos e competências para resolver os problemas prementes das suas freguesias. O que só pode revelar uma de duas coisas: ou o trabalho não é feito (e aí entramos noutra dimensão da discussão), ou não há trabalho a fazer, e creio que esta última é de longe a opinião da população desta Freguesia. -----

E é por isso que na nossa análise e com base nestes factos, não é compreensível que o representante da Junta de Freguesia vote contra um documento estratégico que prevê a execução de diversos projetos relevantes para o Valado dos Frades. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

E não se tente dar a volta ao texto, é precisamente isto que está em causa! Não vamos entrar na discussão da capacidade legal (que existe) de associação a um grupo municipal, como acontece neste caso com a CDU. Aquilo que está verdadeiramente em causa é o condicionamento de um partido político às posições de quem pertence a este órgão por inerência das funções que exerce na sua Junta de Freguesia e que deve primeiramente servir os interesses de todos os que representa e não dos que apenas votaram na candidatura da CDU. -----

E se por um lado não compreendemos a posição do Presidente da Junta de Freguesia do Valado dos Frades, não podemos ter posição diferente em relação às deliberações e propostas do executivo camarário relativamente ao referido contrato. -----

O Partido Socialista é um dos partidos fundadores da democracia em Portugal. É mesmo o maior partido autárquico do país. É o partido da liberdade, mas também da igualdade. Não é plausível aceitar que um argumento político seja motivo à resolução de um contrato de base jurídica. O Estado Português é “pessoa de bem” e deve honrar sempre os seus compromissos enquanto não existirem motivos jurídicos para validar o contrário.

O contrato em causa tem como objetivo principal “a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis”. -----

É manifestamente conhecida a dificuldade da CMN em dar resposta a muitas das necessidades prementes. Acreditar que a substituição da Junta de Freguesia pela CMN para a prossecução destas competências irá ao encontro deste objetivo central do contrato, é na minha modesta opinião, utópico. -----

Por outro lado, se esta intenção e posição da Câmara Municipal for comprovadamente melhor do que o serviço prestado pelas Juntas de Freguesia, que se avance com esta opção para as 3 freguesias do concelho. No fundo, o que todos queremos e defendemos é uma melhoria no serviço prestado às populações. -----

Há provérbios que devemos ter sempre presente na nossa vida pessoal, profissional e especialmente política. Por isso, não façamos aos outros aquilo que não gostávamos que nos fizessem a nós. Assembleia Municipal da Nazaré, 23 de fevereiro de 2023”. -----

5 – Declaração Política CDU -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Victor Varela para fazer a sua intervenção:

“Muito boa noite a todos. Gostaríamos de desejar, como sempre, uma boa sessão de trabalho. Como é sobejamente sabido, a CDU há muitos anos a esta parte, tem vindo a desmistificar e a desmontar a retórica de sucesso dos responsáveis do PS que há uma década governam este município. Muitos são aqueles que inicialmente também se impressionavam com a propaganda que este PS e os seus responsáveis incrementaram neste território, investindo enormidades de dinheiros públicos em ações propagandísticas, hoje já nos acompanham no que concerne à análise de fundo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

devemos fazer em qualquer processo de transformação socioeconómica de qualquer território: a quem servem estas políticas? Quem são realmente os beneficiados? Hoje, como em tantos outros processos de difícil compreensão, centenas são os que nos abordam dando razão à CDU na nossa análise. Um concelho sem habitação disponível, com milhares de casas fechadas, onde os rendimentos do trabalho não chegam ao fim do mês e são dos mais baixos da região, onde uma parte significativa depende da ação social para sobreviver, onde a fatura de bens e serviços essenciais como a água é a mais cara do distrito... pensamos que não será preciso avançar muito mais para constataremos quem é que realmente melhorou a vida e reforçou o seu património com este tipo de políticas públicas municipais – quem vive do seu trabalho, que é a esmagadora maioria da população deste concelho é que não foi! Perguntamos: em que bolsos está a riqueza criada pelo vosso suposto sucesso? Outra das questões que temos levantado com toda a força que temos conseguido concentrar, é a avançada degradação da democracia local, com a banalização do verdadeiro debate político e com a descredibilização das instituições democráticas – passo essencial para destruir a democracia, tão ameaçada 50 anos após ver a luz do dia no nosso país. Com isto aludimos ao processo profundamente antidemocrático desferido pelos responsáveis do PS contra o executivo CDU na Junta de Freguesia de Valado dos Frades. Possessos com o voto contra o orçamento pela bancada da CDU na AMN, onde se inclui o representante da JFVF, decidiram, violenta e ilegalmente, proceder de forma unilateral ao fim do contrato de delegação de competências que mantinham com a JFVF e que funcionava na perfeição porque tem sido cumprido integralmente – essa é a nossa avaliação porque quem saía beneficiada era a população de Valado dos Frades. Com uma atitude marcada e comprovadamente desprovida de razão, objetividade e responsabilidade, tal como atestam os pareceres da ANAFRE – altamente demolidores para com a atitude insana dos representantes do PS que governam este município – somos levados a assumir que este executivo municipal não tem mais por onde descer e, se dúvidas houvesse, deixaram claramente de ter condições para governar este município, se é que algum dia as tiveram. Não se pode governar com base em ódios, imediatismos calorosos, ou emoções inflamadas que contaminam toda uma estrutura que deve servir a população de forma racional, séria e comprometida com os interesses de todos e com o desenvolvimento equilibrado do concelho. Mas se esta matéria é da estrita responsabilidade do executivo que governa, não podemos é deixar que a mesa da AMN se contamine e que se incline para dar cobertura a estes atos irrefletidos e despropositados. Falamos concretamente da não inclusão do ponto da Cessação do Contrato Inter-administrativo de Delegação de Competências da CMN na JFVF, que deveria ter sido agendado na Ordem do Dia desta sessão para aqui conhecer hoje a deliberação final. O executivo foi célere em votar contra a modificação do contrato que reforçaria em 5.000 euros as verbas para a JFVF fazer o que está atualmente fora das suas estritas competências, mas sim nas competências do município; foi célere a votar favoravelmente a cessação do mesmo contrato, e a emitir um vídeo degradante e ofensivo contra os eleitos da Junta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

Freguesia, e agora, por pressões de diversa ordem, não alheias ao momento político que vivemos, tenta-se varrer o lixo produzido para debaixo do tapete porque não têm a hombridade nem a dignidade de assumir os seus próprios erros, dos quais até a estrutura concelhia do partido que suporta o governo municipal se veio a demarcar. Outra das questões que queremos aflorar, espoletadas pela CDU em reunião de câmara, é a aquisição de uma quantidade de Garoupas, por intervenção e indicação direta do Presidente da Câmara, que se encontra agora com o mandato suspenso. Garoupas essas que nunca chegaram a entrar sequer em nenhuma das cantinas/refeitórios escolares, apesar de ter determinado que as verbas para a sua aquisição saíssem do orçamento municipal com indicação de que seriam para alimentar as nossas crianças nas cantinas escolares. No entanto, essas mesmas Garoupas serviram para eventual manobra de promoção pessoal do presidente da câmara. Ainda esperamos por explicações válidas, dado que as que temos são muito preocupantes por parecer demasiado óbvio que isto não pode acontecer, por configurar algo que pode, e deve ser de alguma forma condenado. São processos muito opacos que continuaremos a tentar clarear. Exigimos responsabilidade e transparência na vida pública. A CDU continuará a intervir para dignificar a democracia e levá-la até onde for preciso. A população deste concelho sabe que pode contar connosco para defender o bem comum e aquilo que são as mais elementares e valiosas conquistas de Abril, onde o poder local democrático se inclui! Muito obrigado! Nazaré, 23 de fevereiro de 2024 O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente em exercício, Manuel Sequeira para responder às questões: *começou por dizer que, sentir que depois de se ter um deputado nazareno, Salvador Formiga, e se vir a ter outro deputado nazareno, na Assembleia da República, Walter Chicharro, será um grande orgulho e que se sente particularmente feliz por isso.*

- Que todos os anos, quando se vai discutir o orçamento, reúnem com a Junta do Valado, que fará as suas exigências, e que dentro daquilo que será possível, as coisas serão mais ou menos acordadas, e no final se sentiu que o trabalho foi infrutífero e que lhes caiu mal. Que, sem o prejuízo, daquilo que será o apoio à população do Valado, sem prejuízo daquilo que serão as relações institucionais, entre a Câmara Municipal e o executivo da Junta, e sem prejuízo, daquilo que serão as relações pessoais entre pessoas, que constituem o executivo camarário e o executivo da Junta. -----

- Sobre os campos de Paddle, disse que, terminou o processo, tendo revertido para a Câmara, e se estará em condições de exigir uma indemnização aos proprietários que não cumpriram o que estava estipulado. -----

- Relativamente à questão dos médicos, disse que, têm vindo com a Região de Leiria, tentar perceber se existe alguma possibilidade de um projeto, de um programa comum, que sirva todos os Municípios de forma a satisfazer essas necessidades. Que, no momento, estão em falta quatro médicos, para se poder resolver o problema do Concelho, sendo o problema maior de âmbito estrutural – o Centro de Saúde da Nazaré, é de modelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

B e a extensão dos Polos têm uma tipologia diferente, ou seja, um salário de um médico de Valado ou Famalicão, não será o mesmo de um médico na Nazaré, inviabilizando a vinda dificultando a vinda de novos médicos. Que, o ideal seria promover uma fusão com os dois Polos de Saúde, de forma a estarem todos em pé de igualdade. Que, no Valado têm a aposentação de um médico, que aceitou trabalhar em regime part-time e que em Famalicão também houve a aposentação de um médico, ficando em falta o seu preenchimento. -----

- Sobre a ponte do Rio D'Areia, irão haver desenvolvimentos – que do ponto de vista da engenharia, correu mal, e que agora a ideia, será alargar as extremidades da ponte para poder se pôr em prática alguma segurança e que irá à próxima reunião esse novo projeto.

- Que, em relação às festas do Sítio, as respostas foram redigidas no dia de ontem e que a ideia seria enviar para as diferentes bancadas. Que, reconhecem que não correu bem e por força dessa situação, já se encontram a trabalhar desde janeiro numa nova fórmula para que tudo corra bem – fórmula essa, que engloba na sua constituição a ACISN, tendo estado presente o seu Presidente, nas reuniões que se têm feito, e uma coletividade por cada Freguesia. Que, não sabe se irão fazer parte as três que foram convidadas, mas que foi essa a intenção – promover uma comissão com associações, que de certa forma já terão alguma experiência, na matéria. Que, convidaram para a reunião como representante de Famalicão, o Centro Social de Famalicão, que promove as tasquinhas, no Valado dos Frades, a BIR e na Nazaré e Fanhais a Liga dos Amigos de Fanhais. Que, numa primeira bordagem correu bem e estão bem encaminhadas. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que questionou sobre a Habitação Social e a Pedralva, perguntas que não foram respondidas. -----

- O Senhor Presidente em exercício Manuel Sequeira, prosseguiu e disse que relativamente às casas que teria que remeter para a Senhora Vereadora Regina, porque era um pelouro dela, mas que hoje não se encontrava por estar em formação em Lisboa.

- Sobre a Pedralva, disse que a Dra. Helena tem acompanhado essa situação. Que, todas as decisões que têm tomada relativamente ao concurso, que têm tido a preocupação de reunirem e resultaram daí. Que, estará por agendar, uma reunião entre o executivo e todas as forças políticas, mas que ainda não foi feita. Que, tudo o que sair desse encontro, será com uma decisão tomada. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve inscrições do Público. -----

ORDEM DO DIA

1. **INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.** (Apreciação) -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

- Usou da palavra a Senhora Deputada Telma Ferreira, que começou por fazer uma pergunta ao Senhor Presidente: na área da Ação Social e Direitos Sociais, o que foi feito? -----

“No dia três de dezembro, o Município da Nazaré assinalou o dia internacional das pessoas com deficiência. O intuito de assinalar essa data, passa pela promoção e consciencialização de todos e de todas para a compreensão das questões da deficiência mobilizando apoio para a dignidade de direitos e bem-estar das pessoas com deficiência”. Quis saudar a consciência desse dia, e da importância de considerarmos a importância dessa data e fazer uma salvaguarda, na forma inclusiva de com está o paragrafo escrito ... “todos e todas...”. Fez uma pergunta: para quando uma avaliação dos parques infantis do Concelho para a sua adaptação a crianças com deficiência, sendo uma medida fundamental de inclusão? Quis relembrar que o BE aprovou numa Assembleia Municipal a 28 de junho de 2022, uma recomendação para a construção de Parques Inclusivos e que foi aprovada por unanimidade, questionando, se existe alguma informação que se possa partilhar e que vá de encontro àquilo que não poderá ser só parte teórica do reconhecimento da importância da data, mas perceber o que falta fazer de realmente importante no nosso Concelho, para nos distinguirmos da realidade teórica da realidade prática? Acabou por relembrar, o sétimo princípio da declaração dos direitos da criança. Que, de cada declaração proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 1959, “No dia 20 de novembro de 1959, por aprovação unânime, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração dos Direitos da Criança. Constitui ela uma enumeração dos direitos e das liberdades a que, segundo o consenso da comunidade internacional, faz jus toda e qualquer criança”, e fez referencia ao seu princípio 7º. – “...A criança deve ter plena oportunidade para brincar e para se dedicar a atividades recreativas, que devem ser orientados para os mesmos objetivos da educação; a sociedade e as autoridades públicas deverão esforçar-se por promover o gozo destes direitos”. Que, disse, será importante relembrar a data e não esquecer que ainda não temos equipamentos de lazer, lúdicos, que permitam às crianças com deficiência participarem e interagirem com as demais”. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que disse: que não podem deixar de lamentar que ainda não esteja também ali, a informação do prazo do restabelecimento do Ascensor, e com todo o prejuízo que dali advém, que, com certeza, para todos com as suas despesas agravadas, com esta falta de entrada de dinheiros. Que, se congratulam por todas as iniciativas culturais e desportivas, deixando aqui também, os parabéns aos atletas que estão agora a disputar a seleção no futebol de praia. Que, se congratulam também pelo carnaval, sendo uma festa de alegria para todos os Nazarenos, mostrando aos visitantes a essência dos munícipes nazarenos e que correu muito bem. Relativamente às contas, disse que, verificaram na página 4, os aumentos dos juros notando alguma repercussão a nível de entradas de IMT, com uma diminuição de quase quinhentos mil euros nas entradas de dinheiros na Câmara, e o mesmo aconteceu com a arrecadação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

dos impostos diretos, só tendo aumentado a nível de taxas de multas e de outras penalidades, o que não deixa de ser negativo para quem as paga. -----

- Em relação à página 7, a nível das contas, disse que, também houve um aumento da 0.8% em relação aos pagamentos, em que ainda se encontram em dívida, o que não deixa de ser irónico, esses pagamentos serem relativos à iluminação de natal e à passagem de ano, que tanta ironia e tanta visibilidade houveram. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Cláudio Miguel Peça:** -----

Intervenção CDU – Ponto 1 -----

“Ainda que se esteja próximo do final do segundo mês do ano é normalmente cedo para se ter uma noção do caminho da execução orçamental. Mas quando pensamos não ser significativa a análise às contas nestes inícios de exercício, uma preocupação se levanta desde logo quando se lê que a dívida subiu e se encontra agora nos 32.2 Milhões de euros, relativamente ao período homólogo do ano anterior. E mais ainda quando se refere que a dívida a fornecedores também subiu, isto só nos pode preocupar a todos. Já se avistam novas dificuldades de tesouraria e novas manobras de diversão para esconder as dificuldades para promover os pagamentos dos compromissos assumidos. Nem vale a pena falarmos muito mais desta informação escrita no que às contas diz respeito, porque a realidade do exercício anterior vai ser conhecida na sessão ordinária de abril e aí ficará bem clara a situação financeira da autarquia. Já quanto ao limite da dívida total da autarquia estão no bom caminho para chegarem ao limite permitido para se falar de abaixamento dos impostos e taxas. Mas isso, só acontece muito graças ao esforço coletivo da população que se vê carregada de impostos diretos e indiretos cobrados pelas taxas máximas e de tarifas e taxinhas locais também no máximo legal. Com este esforço da população a câmara embolsou qualquer coisa como 61.465.583,91 Euros nos últimos 3 anos. Para onde foi este dinheiro não sabemos. Sabemos é que o Limite da Dívida Total já supera os 30.732.791,96 €. O que faz com que, como temos referido há anos a esta parte seja pelo esforço da população e não pelo do executivo que se venha a conseguir baixar os impostos, pois tal limite está já próximo do valor da dívida, que agora, infelizmente se vai afastando novamente para cima. Não é preciso ser economista para entender isto. Vamos continuar a preocupar-nos também com o número crescente de processos em tribunais, muitos deles pedindo indemnizações à câmara. Se atendermos apenas aos últimos conhecidos, em três deles ascende a mais de 1 milhão de euros o valor dos pedidos de indemnizações por parte de empresas que se manifestam lesadas pela autarquia por algum motivo. A ver vamos qual o desfecho destes processos para o aumento da dívida, porque estes, ao contrário de outros, não foram contabilizados pelo FAM. Disse”. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Marques**, que relativamente aos processos judiciais em curso, questionou da possibilidade de perceber, ao que se deve o processo da “Raimundo & Maia”? -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente em exercício Manuel Sequeira**, para elogiar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

bancada da CDU que está representada por três jovens. Relativamente à questão feita pela Senhora Deputada Telma Ferreira, sendo uma recomendação, não pode deixar de dizer, que irá ser comunicado à vereadora, e que o Parque do Sítio e de Valado dos Frades, já tem inclusive, um baloiço. -----

- Usou da palavra a Senhora Dra. Helena Pola, para responder a questões: sobre a iluminação de natal, o processo não terá de transitar e seguirá o percurso administrativo normal, em que terá uma adjudicação, só podendo-se pagar depois da fatura e esta só apareceu este ano. Que, o processo administrativo também teve algumas incidências arrastando-se um pouco mais no tempo, mas correu nos termos da lei e assim que foi possível, se efetuou o pagamento. -----

- Sobre o processo do “Raimundo e Maia”, disse que o mesmo está a ser seguido pelo Dr. Carlos Tomás, sendo a pessoa mais adequada, se assim o entender, para dar os esclarecimentos. -----

- Usou da palavra o Dr. Carlos Tomás, para esclarecer: sobre o processo “Raimundo & Maia” disse que, tem origem no ano de 1998, e será relativo a uma situação que ocorreu com a queda de uma ponte no Rio D’Areia, no Valado dos Frades – uma ponte que ligava os armazéns da Estação da CP- Caminhos de Ferros, armazéns a sul da linha à Estrada Nacional. Que, essa ponte ficou intransitável e a “Raimundo & Maia” tinha o aluguer dos armazéns sul, na Estação da CP, e moveu uma ação contra o Município nessa data, e foi decididas em 2003. Que, houve uma parte da indemnização que o Tribunal julgou que não poderia decidir na altura por falta de elementos. Que, a “Raimundo & Maia” já interpôs duas vezes o incidente de liquidação da sentença, ou seja, para apurar quanto é que o Município teria que pagar ainda no valor da restante indemnização. Que, dessas duas vezes, não conseguiu, por questões processuais e improcedeu o pedido, e veio agora, em 23, fazer uma nova tentativa. Que, do que analisou do processo, o dano, terá a ver com uma situação da impossibilidade de os camiões se deslocarem aos armazéns que eles tinham arrendado e que tiveram que arrendar outros armazéns na Cooperativa Agrícola de Alcobaça e que isso lhes provocou um dano na produção industrial que desenvolviam. Que, se discute nesta fase, se tem direito a vir pedir agora essa indemnização, ou não, atento o tempo decorrido, se o valor que lhe é devido será admissível, porque eles na primeira fase, onde fizeram dois pedidos – um pedido no valor do aluguer dos armazéns, que alegadamente pagaram e um pedido igual, relativo ao dano que sofreram na sua produção por causa dos transportes. Que, o valor pago da indemnização em 2006, 2007/2008 foi de cerca de noventa mil euros mais juros, e o valor que pedem agora, será muito superior a esse valor e que processualmente não será admissível, podendo, no entanto, se proceder ao pedido apresentado na totalidade e o Município ser condenado a pagar ainda, cerca de cem a cento e cinquenta mil euros, dependendo dos valores de capital e dos juros que forem calculados e não o valor que é pedido. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

2. PROCESSO Nº. 4/03 REQUERIMENTO Nº. 1079/23 – VALADO DOS FRADES –

(Apreciação e votação). -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão, para dizer, que o ponto terá a ver com a desafetação do domínio público, para o domínio privado. Que, deve ser esclarecido a avaliação dos 185m² que foi feita com o cálculo das Finanças e que pensa que não teve em conta aquilo que irá acrescentar aos imóveis do promotor e que seria isso que gostaria que a arquiteta explicasse, sendo que os imóveis irão ficar com um valor superior. -----

- Usou da palavra a Senhora Arquiteta Teresa Quinto, que começou por dizer, que o assunto terá a ver com a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado de um passeio que fica nas traseiras de um conjunto de lotes numa Urbanização que se encontra por concluir há vários anos, cerca de vinte anos, e que esse passeio, nem foi executado. Que, já lá fizeram várias vistorias, e que o passeio não foi executado. Que, do ponto de vista urbanístico, consideram que não será uma mais valia até ser feito aquele passeio. Que, é um passeio estreito e fica na traseira entre duas bandas de lotes e que será sempre uma zona em que as pessoas não irão circular entre traseiras de duas bandas de lotes e que a Câmara terá de fazer a sua manutenção e na sequência da realização de alguns trabalhos que terão de ser concluídos para fazer a receção das obras, os atuais proprietários da totalidade dos lotes vieram propor a possibilidade de adquirir para cada um desses lotes, um bocado das traseiras. Que, essa avaliação foi feita de acordo de facto com as Finanças e com o valor patrimonial. Que, pediram a um técnico da Câmara, que faz avaliações noutra Município que fizesse essa avaliação ao terreno e que se encontram na informação os valores que foram atribuídos. Que, tiveram o cuidado, em sede de audiência prévia, de notificar os proprietários dos lotes no sentido de se pronunciarem se estariam de acordo ou não com aquele valor de avaliação.

Interveio o Senhor Deputado António Absalão, para dizer que se o passeio está executado ou não, será irrelevante, mas o que será importante, salientar é que é de domínio público e que irá passar para o domínio privado para ser alienado a privado, a um promotor que é um privado, que vai beneficiar e muito, os oito lotes. Que, se estará a vender o metro quadrado a 3,99€ - questionou se será isso que vale o metro quadrado em Valado dos Frades? Que, não será! Que a Câmara Municipal aceita o referido valor. Que, aquilo que se terá de decidir, será a desafetação do domínio público, para o domínio privado e mais nada. Que, não será nem a alienação ou a alteração do loteamento, porque será o que se encontra na deliberação e será isso que conta. Prosseguiu a Arquiteta Teresa Quinto para dizer que, o órgão executivo não poderá deliberar se entender aprovar a alteração da operação de loteamento, caso a Assembleia Municipal decida que não seja desafetado do domínio público para o domínio privado. Que não são dois pontos diferentes, porque a Câmara ainda não deliberou no sentido de aprovar a alteração à operação de loteamento. Que, a Câmara só pode, se assim o entender, aprovar a operação de loteamento caso a Assembleia Municipal decida no sentido de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

não ver inconveniente na desafetação do domínio público para o domínio privado. Que, convém referir que essa avaliação, esse aumento de área de lote, não interfere com o aumento de área de construção daqueles lotes, porque nas operações de loteamento o índice de edificabilidade não se faz por lote, mas pela área total do objeto da operação de loteamento. Que, no caso, o ter mais ou menos de área de logradouro, que será o caso, não vai dar mais capacidade identificativa a cada um dos lotes, porque se poderia pressupor dizer, que se vai ter mais 20m² no seu quintal, do logradouro e poder construir mais. Que, não poderá construir mais, mas poder plantar mais lá, sendo que a capacidade identificativa dos lotes fica inalterada. Que, quando se diz, que vale aquele valor, para quem adquirir aqueles lotes, não poderá com aqueles metros quadrados dizer que irá construir mais, estando a referir-se ao logradouro da habitação nas traseiras.

Intervio o Senhor Deputado António Absalão, para dizer que, ninguém diz que irá ter mais área de construção – que aqui, se estará a falar da questão da avaliação dos lotes, porque uma coisa será ter a avaliação dos lotes quando a construção estiver feita, com 30m do logradouro outra coisa é ter 40m do logradouro. Que, o promotor com essa aquisição a custo irrisório irá ter uma valorização dos lotes muito superior àquilo que o Município estará a pedir pela área, e aqui reside a questão. **A Senhora Arquiteta Teresa Quinto**, disse que, sobre essa questão não se iria pronunciar, porque não era perita avaliadora. -----

Aprovado com 14 votos a favor; 9 votos contra e 1 abstenção. -----

Declaração de voto PSD: -----

*“O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem apresentar **declaração de voto contra**, no ponto 2, desta Assembleia de 23 de fevereiro de 2024 – **Processo n.º 4/03 Requerimento n.º 1079 – Valado dos Frades** pelas seguintes razões: -----*

Votamos contra esta proposta de desafetação do domínio público para domínio privado do Município, por considerarmos que tem vindo a ser prática deste executivo a depidação do património municipal, atendendo, que no nosso entender, estão a “dar” os nossos prédios, os nossos terrenos! -----

Consideramos que, todo o património municipal deve ser valorizado, perguntamos se algum membro desta Assembleia, técnicos municipais, executivo, venderia os seus bens imóveis pelo seu valor patrimonial? Consideramos que não! -----

Pelo que, sendo nós um Município endividado e que mantém os impostos no máximo aos seus munícipes, o nosso sentido de voto não poderia ser outro senão o voto contra. Nazaré, 23 de fevereiro de 2024, O Grupo do PSD”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

3. *MODIFICAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ NA JUNTA DE FREGUESIA DE NAZARÉ – ANO 2024 (Apreciação e votação)*

Aprovado com 23 votos a favor e 1 abstenção. -----

4. *MODIFICAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELAGAÇÃO DE COMPETENCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ NA JUNA DE FREGUESIA DE FAMALICÃO - ANO 2024 (Apreciação e Votação)*

Aprovado com 23 votos a favor e 1 abstenção. -----

5. *PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO ORGÂNICO E FUNCIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ – GABINETE DE TURISMO, COMUNICAÇÃO E DESIGN (Apreciação e votação)*

Aprovada por unanimidade. -----

6. *PROPOSTA – ASCENSOR DA NAZARÉ (Apreciação e votação) -----*

- Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues, que disse que, aquilo que obteve da informação do Dr. Carlos Fidalgo foi que em contactos com a DGPC foi levantada uma questão, sobre o facto da proposta, não ter a palavra proposta e como tal irá que ter de ir a reunião de Câmara na próxima segunda-feira a mesma proposta com o título “Proposta”. Que, nestas condições a proposta será para retirada do ponto. Que, se o ponto for no momento votado, não haverá inconveniente, mas terá de ser revogado, posteriormente em sede de Assembleia Municipal e que não vê essa necessidade. -----

Aprovada por unanimidade retirar o ponto. -----

7. *MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA CARSURF – 2024 (Apreciação e votação)*

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que em relação à minuta disse: que verificaram que na cláusula quatro número dois, é sempre referenciado ...” O desempenho do serviço prestado é aferido através dos indicadores de eficácia e eficiência descritos no Anexo I do presente contrato-programa, que dele faz parte integrante, sendo objetivo que a Empresa Municipal atinja, pelo menos, prestações eficazes e eficientes em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

todos os indicadores”, e que com outras informações que têm, lhes parece um pouco duvidoso que exista um indicador eficiente e eficaz no que diz respeito aos prejuízos que o mesmo dá. Atento a essa situação disse que, gostariam de saber onde são aferidos esses indicadores, e se podem ter conhecimento onde estarão esses indicadores de eficiência e de eficácia em relação ao contrato anterior e se não existe nenhum membro do Conselho de Administração da Nazaré Qualifica ali na Assembleia, para prestar esclarecimentos?

- Usou da palavra o Senhor Dr. João Graça para prestar esclarecimentos: começou por fazer uma introdução à situação financeira da Nazaré Qualifica – segundo dados provisórios a 30 de novembro de 2023, a Nazaré Qualifica tem um resultado positivo antes de impostos de cerca de 410 mil euros. Que em bancos a 31 de dezembro de 2023, apresentava cerca de 570 mil euros aos quais acresce 160 mil euros de valores pendentes a receber de clientes. Que, à data de hoje, a Nazaré qualifica tem cerca de 495 mil euros em bancos, e ainda cerca de 146 mil euros de valores pendentes a receber de clientes. –

- Que, relativamente ao Contrato Programa do CarSurf, disse que, todos conhecem as condicionantes desse equipamento público e relativamente ao ano anterior o Contrato Programa tem uma redução no seu valor de cerca de 50 mil euros, passando de 310 mil euros para 261 mil euros, sendo esse o défice de financiamento do valor do Contrato Programa que se pretende estabelecer com o Município da Nazaré. Que, esse valor desce relativamente ao ano anterior essencialmente porque no decorrer do ano de 2023 houve um aumento considerável das receitas daquele equipamento – que se passou cerca de 33.000 euros de receita em novembro de 2022 para 107 mil euros em novembro de 2023. Que, ao mesmo tempo conseguiram reduzir os gastos em fornecimentos externos de 89 mil euros em novembro de 2022 para 72 mil euros em novembro de 2023. Que a 30 de novembro de 2023 o resultado antes de impostos do centro de custos pela contabilidade analítica era positivo – sendo que o CarSurf tem um resultado positivo a 30 de novembro de 2023 no valor de cerca de cinquenta mil euros. Que, se estará a conseguir reduzir o valor do défice do financiamento do equipamento de forma considerável através de melhores resultados, com mais prestações de serviços e redução e controlo nos custos e nos gastos com o centro de custos. Que, em resposta à pergunta da Dra. Tânia Gandaio, relativamente à questão dos indicadores, disse que, os indicadores de 2023, serão presentes à próxima Assembleia Municipal, uma vez que a maior parte dos indicadores já os têm, mas que falta o indicador dos resultados líquidos e só o conseguirá ter com os resultados de dezembro de 2023, os quais, entretanto irão surgir. -----

Aprovada com 12 votos a favor e 12 votos contra. Usado o voto de qualidade do Senhor Presidente da AM. -----

Declaração de voto CDU: *O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, no ponto 7 da ordem do dia desta sessão, pelo seguinte: continuamos a manter a nossa posição de princípio face aos contratos programa e toda esta transferência de verbas e poder para a NQ ao longo dos anos. Este tipo de contratos*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

programa, anteriormente contestados pelo Tribunal de Contas, suscita-nos preocupações renovadas devido à falta de supervisão necessária, uma vez que o seu valor atual dispensa a necessidade de visto prévio daquele tribunal. As razões para o nosso voto contra prendem-se com o facto de este contrato ter sido anteriormente contestado pelo Tribunal de Contas, como se pode verificar no Acórdão n.º 4/2016-13.ABR-1.ª S/SS, o que nos levanta sérias dúvidas quanto à sua legalidade, transparência e conformidade com os princípios de boa governança, porque não se verifica, a nosso ver, qualquer melhoria ou introdução de alteração proposta por aquele tribunal relativamente às falhas apontadas. Embora o seu valor agora seja mais baixo, isso não diminui as preocupações em relação aos procedimentos anteriores. Devido à redução do valor do contrato relativamente ao ano anterior, que também não se vê justificada nos documentos, estes já não requerem a revisão e visto prévio do Tribunal de Contas. No entanto, a ausência desta revisão levanta incertezas quanto à conformidade do contrato com as leis e regulamentos aplicáveis, tal como aconteceu em 2016, bem como à sua adequação em termos de gestão financeira responsável. A falta de supervisão adequada do Tribunal de Contas aumenta o risco de que os mesmos erros que levaram à contestação anterior do contrato possam ser repetidos. Isso poderia resultar em potenciais prejuízos financeiros para o município e, conseqüentemente, para os contribuintes locais. Tal como também pode originar problemas para os eleitos locais, como aliás aconteceu há bem pouco tempo, numa outra questão com aquele tribunal, sendo já conhecida tal situação que afeta alguns membros do executivo municipal. Com base nestas preocupações, consideramos que a aprovação do Contrato Programa – CAR Surf 2024 não está em consonância com os princípios de boa governança, transparência e responsabilidade financeira que devem orientar as ações de fiscalização deste órgão. Por conseguinte, manifestamos o nosso voto contra a aprovação do referido contrato programa. Nazaré, 23 de fevereiro de 2024 - O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

8. ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPESSOAL, LDA. (Apreciação e votação) -----

A Senhora Deputada Telma Ferreira, declarou conflito de interesses e ausentou-se da sessão na votação do ponto. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão, e questionou qual seria a alteração que foi feita dos anteriores estatutos para os presentes? -----

- Usou da palavra o Senhor Dr. João Graça, que será quase uma proposta conjugada entre a Nazaré Qualifica e a Câmara Municipal e que essencialmente foi o seu objeto social em que se procede à melhoria da redação do objeto social, no que concerne ao estacionamento público de acordo com aquilo que outras empresas municipais estarão a fazer e que têm o mesmo objeto que a Nazaré Qualifica, ou mais do que o objeto que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

Nazaré *Qualifica* tem, e melhorar a redação – introduzida alínea i) e j) artigo 3º. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Cláudio Peça**, que quis apresentar algumas questões: que o despacho não aparece ratificado e perguntou se a Assembleia Municipal terá condições para votar essa matéria, pois o regimento será omissivo, ou se são eles que não encontram essas práticas estabelecidas pelo Órgão deliberativo? Se alguma vez a Assembleia Municipal deliberou despachos não ratificados pelo Órgão executivo? -----

- **Usou da palavra a Dra. Helena Pola, para prestar esclarecimentos:** que um despacho com carácter de urgência, existe previsto na Lei precisamente para essas situações. Que, numa situação normal, o ponto será votado em reunião de Câmara perante todo o executivo e se a votação for concordante ele, seguirá para a Assembleia Municipal. Que, a Lei prevê, que o Senhor Presidente da Câmara, em situações excepcionais e urgentes se possa substituir à deliberação de Câmara, que está prevista na Lei, e tomá-la ele próprio, sendo isso que aconteceu. Que, significa que nesta altura, o despacho com carácter de urgência, irá fazer com que esse ponto entre legitimamente na ordem do dia da sessão, seja apreciado e seja votado. Que, obviamente o que a Lei prevê será que depois o despacho em si, vá à reunião de Câmara seguinte para ratificação, sendo a ratificação um ato à posteriori. Que será óbvio que se cumpram todos os requisitos legais para que o ponto seja apreciado e votado pela Assembleia Municipal, porque o facto de vir com uma deliberação de Câmara ou com um despacho de carácter de urgência emitido pelo Senhor Presidente ao abrigo do artigo 35º. N.º 3, do anexo 1 da Lei 75 de 2013, será exatamente a mesma coisa porque tem o mesmo valor jurídico **“3 - Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”**. - **Proseguiu o Senhor Deputado Cláudio Peça**, que questionou – saber se será legal o Senhor Presidente da Câmara em exercício e uma vez que também é Presidente da Nazaré *Qualifica*, se poderá tomar parte do procedimento e tomar decisões em Órgão Colegial onde se encontra o Presidente da Câmara e o Presidente da Assembleia Geral da Empresa Municipal? Se existem documentos da cópia da Ata da reunião da Assembleia Geral da Empresa Municipal Nazaré *Qualifica* onde foi abordado o assunto? -----

- **Usou da palavra a Dra. Helena Pola**, a fim de prestar esclarecimentos: que a função que o Senhor Manuel Sequeira detém, em relação à Nazaré *Qualifica*, é representante da Câmara Municipal na Assembleia Geral não tendo propriamente uma intervenção direta, naquilo que será a apresentação do ponto que estará ali para ser exposto – que tem reuniões de Assembleia Geral, tem o dever de informação e uma série de coisas que constam da Lei n.º 50/2012, não tendo qualquer tipo de intervenção, neste ponto, não havendo qualquer tipo de incompatibilidade, porque estará a exercer a função de Presidente da Câmara em exercício e que dará as informações e que nem sequer vota o ponto e que só dará alguma explicação se for solicitada. **Interveio o Senhor Deputado**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

Cláudio Peça, para perguntar à Dra. Helena Pola, se estaria ali a existir uma duplicação de funções, ao que esta respondeu que não, que o Presidente em exercício toma as decisões na Câmara Municipal, mas não enquanto representante na Assembleia Geral. Que, ali, não tomou nenhuma decisão no ponto da sessão, em particular. -----

Aprovada com 11 votos contra e 12 votos a favor. -----

Declaração de Voto PSD: -----

*“O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem apresentar **declaração de voto contra, no ponto 8, desta Assembleia de 23 de fevereiro de 2024 – Alteração aos estatutos da NazareQualifica, EM Unipessoal, Lda.** pelas seguintes razões: -----*

Considerando que, considerando que esta alteração dos estatutos da Empresa Municipal NazareQualifica, apenas se tratam de meras alterações “cosméticas” que em nada, no nosso entender, alteraram na forma do executivo municipal e dos seus serviços municipalizados não serem fiscalizados e por aí continuarem a delegar nesta empresa funções que deveriam caber ao próprio executivo municipal, esvaziando assim das suas competências, porquanto neste órgão (NazareQualifica) continua a não existir controlo externo das entradas e saídas de trabalhadores, assim como dos dinheiros e negócios lá realizados. Ora, sendo uma empresa maioritariamente constituída por capitais públicos, que nos levam a crer que a gestão não está a ser suficientemente criteriosa, pelo que, sendo nós um Município endividado e que mantém os impostos no máximo aos seus munícipes, o nosso sentido de voto não poderia ser outro senão o voto contra. Nazaré, 23 de fevereiro de 2024, O Grupo do PSD”. -----

9. MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA GESTÃO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO (Apreciação e votação) -----

Aprovada com 11 votos contra e 12 votos a favor. -----

A Senhora Deputada Telma Ferreira, declarou conflito de interesses e ausentou-se da sessão na votação do ponto.

10. MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS – FISCALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO (Apreciação e votação) -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

A Senhora Deputada Telma Ferreira, declarou conflito de interesses e ausentou-se da sessão na votação do ponto.

Aprovada com 12 votos a favor e 11 votos contra. -----

Declaração de Voto PSD: -----

“O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem apresentar **declaração de voto contra, no ponto 10**, desta Assembleia de 23 de fevereiro de 2024 –**Minuta Contrato Programa Delegação de Competências** pelas seguintes razões: -----

Considerando que, considerando que, no nosso entender, o executivo municipal e dos seus serviços municipalizados ao formalizarem estes contratos programa com a empresa NazareQualifica EM., nomeadamente na área de Gestão do Estacionamento e Publico, continuam a utilizar este meio para não serem fiscalizados e por aí continuarem a delegar nesta empresa, funções, que deveriam caber ao próprio executivo municipal ou serviços municipalizados, esvaziando assim das suas competências, porquanto neste órgão (NazareQualifica) continua a não existir controlo externo das entradas e saídas de trabalhadores, assim como dos dinheiros e negócios lá realizados. Ora, sendo uma empresa maioritariamente constituída por capitais públicos, que nos levam a crer que a gestão não está a ser suficientemente criteriosa, pelo que, sendo nós um Município endividado e que mantém os impostos no máximo aos seus munícipes, o nosso sentido de voto não poderia ser outro senão o voto contra. Nazaré, 23 de fevereiro de 2024, O Grupo do PSD” . -----

11. RELATÓRIO E CONTAS DO 1º. SEMESTRE DE 2023 – CMN (Para conhecimento)

A Senhora Deputada Telma Ferreira regressou à sessão, no ponto 11. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputa Tânia Gandaio, que quis destacar que realmente se continua a ver indicadores em que o resultado infelizmente não foi positivo, foi negativo, em 860.429,70€, e que os gastos com pessoal têm um peso muito elevado, a crescer, e se forem consultar a Base. Gov no que diz respeito a gastos com contratações e avenças, se continua em larga escala, e que se estará na expectativa de, entretanto no segundo semestre se reverta a situação e que os resultados se apresentem melhores. ----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

Intervenção da CDU – Ponto 11 -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

“Apenas lamentamos o imenso atraso no envio destes documentos ao plenário da AMN. Já foram à reunião de câmara em outubro de 2023 e só agora, mais de 4 meses depois, estamos a receber os resultados financeiros do primeiro semestre do ano 2023. Parece-nos haver aqui uma clara falta de respeito por este órgão e pelos seus membros. Ou então houve algum interesse em atrasar esta vinda aqui. Quanto aos resultados dos exercícios que os mesmos encerram, nada que nos surpreenda. Baixas execuções orçamentais com desvio positivo acentuado, mas apenas na cobrança de impostos. O normal nos últimos anos. É a população a pagar os desmandos do executivo. Uma coisa continua certa: a situação da autarquia não vai no sentido que a CDU desejaria. Já falta pouco para se conhecerem os resultados do exercício de 2023 e aí falaremos com mais propriedade.”

12. RELATÓRIO E CONTAS DO 1.º SEMESTRE DE 2023 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS (Para conhecimento) -----

Intervenção CDU – Ponto 12 -----

“Quanto aos SMN verifica-se o mesmo atraso de mais de 4 meses no envio À AMN. Aqui a situação também não nos surpreende, mas podemos aceitar alguma quebra nas receitas motivadas pela paragem do ascensor. É um facto válido. No entanto, conforme indicam os próprios Serviços: “Constatamos que a receita arrecadada durante o primeiro semestre atingiu o montante de 4.158.363,49 €, evidenciando um desvio negativo de 11,12%, o que corresponde a menos 1.070.978,62 € em relação à previsão. Quanto à despesa efetivamente paga, esta seguiu, como era esperado, a tendência da receita cobrada, registando uma redução percentual de 13,99%, o que equivale a menos 1.342.176,92 € em relação ao orçamentado.” Ou seja, se num lado chove, no outro faz vento. Como não houve receita não se paga 1.3 Milhões de euros. Ou seja, pára-se o investimento. Vamos esperar também pelo resultado final do exercício de 2023. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que disse que, a declaração de voto do PSD vai no mesmo sentido, embora o resultado negativo de 101.246€ ainda seja um valor não tão mau, quanto se esperava, relativamente à questão do encerramento do Ascensor, e que estarão expectantes nos resultados que surgirão no segundo semestre, entendendo que com esse tipo de prejuízo e que gostariam de saber se poderão estar em causa alguns aumentos dos tarifários de água. -----

- Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues, que disse que, relativamente aos Serviços Municipalizados, que não será novidade para ninguém que, foi um ano que poderia ter corrido bem pior, tendo em conta que há um ano que praticamente o Ascensor se encontra encerrado. Que, só estarão a falar do primeiro semestre de 2023, sendo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

o semestre que terá mais incremento financeiro, será o segundo, e que aí os resultados provavelmente serão bem mais positivos. Que, pode acrescentar, ainda sem números finais que, pode descansar os deputados, que os Serviços Municipalizados da Nazaré, conseguiram fazer um investimento de quase 1.3 milhões de euros e pagar. Que, recorda que compraram dois autocarros no valor de 400 mil euros, um carro de recolha de resíduos de 60 mil euros, um investimento na aquisição de torniquetes, novo sistema de bilhética, substituição de travão nos carros do Ascensor de cerca de 250 mil euros, na água/saneamento fizeram um investimento grande naquilo que terá a ver com as infraestruturas da Rua Sub-Vila, Rua de Leiria e no momento já fizeram parte da aquisição em 2023, na Paliteira, que irá ligar a Paliteira o novo depósito de água superior a 500 mil euros. Que, tudo sem aumentar as taxas, nem a tarifa de água nem a tarifa dos transportes. Que, ao momento, estão tranquilos mesmo com o Ascensor parado. Que, será verdade, que se o Ascensor estivesse a trabalhar seria diferente, que se teria uma capacidade muito superior, e até beneficiar mais os munícipes. Que, na fase presente, reforçou, não se aumentou nem a tarifa de água nem a tarifa de transporte, nem a tarifa de saneamento. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que disse, que com tais resultados e tanto dinheiro, se calhar podiam ter baixado o preço da água uma vez que se tem vindo a falar, e bem, num aumento dos transportes públicos. -----

*- Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues, para responder, que recordou que já foi em reunião de Câmara apreciado o documento da ERSAR, que as reservas levantadas relativamente ao tarifário de Água/Saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos era precisamente na reprimenda do facto de não se ter aumentado tarifas, porque em termos de despesas seja do pessoal seja do investimento previsto para o setor, recomendavam que se fizesse o aumento da tarifa, mas que não aceitaram essa alteração, apesar das reservas por parte da ERSAR. Que, se não tivessem tanto investimento para fazer na rede o cenário seria outro. **Interveio a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, no sentido de saber, se em relação ao que foi dito do investimento na rede, se estará previsto fazerem algum investimento nessa área, uma vez que se verificam muitos constrangimentos. **Respondeu o Senhor Vereador Orlando Rodrigues**, que disse que, importa distinguir o que será a rede de saneamento da rede de pluviais – a rede de pluviais será da responsabilidade da Câmara Municipal da Nazaré e não dos Serviços Municipalizados, não querendo dizer que não seja um problema. Que grande parte dessas ocorrências têm a ver com a rede pluvial e não de saneamento. Que, no que diz respeito ao que será o investimento previsto para este ano de 2024, a equipa já se encontra em trabalhos, já estando a fazer o término dos trabalhos na Rua de Leiria, uma zona muito complexa, numa zona histórica, junto à atual Caixa Geral de Depósitos e que iniciaram os trabalhos na Paliteira sendo 2Km de condutas, um investimento de centenas de milhares de euros e que terá de ser feito, correndo-se o risco de se ficar com um depósito sem ligação à água. Que, estão também a fazer uma nova frente, que será feita na Avenida Circular Norte, com repavimentação. Que, no verão irão tentar finalizar e/ou*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

adiantar, o processo do reboło, que ficou por fazer, na altura da requalificação da estrada da Macarca e que no segundo semestre de 2024, se irá iniciar ou tentar iniciar, a ligação de água pluvial e de saneamento da Avenida Vieira Guimarães até ao Porto da Nazaré, porque será importante fazer escoamento de água não se fazendo passar tanto fluxo pela Avenida do Município quer de saneamento quer de pluvial e aí será uma obra mais importante para aquilo que são os problemas na zona baixa da Nazaré. Que, existe outra obra que se encontra pendente, mas que precisa de calendarização, obras avaliadas em cerca de 750 mil euros. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

13. RELATÓRIO E CONTAS DO 1.º SEMESTRE DE 2023 DA NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPESSOAL, LDA. (Para conhecimento) -----

Intervenção da CDU – Ponto 13 -----

“Temos aqui mais um caso incompreensível de atraso na vinda destes documentos a este órgão, com a agravante de ser o próprio presidente da câmara em exercício a referir esse atraso no seu despacho para envio destes documentos. Isto é de facto ainda mais incompreensível visto a data do documento com o relatório ser de 11 de setembro de 2023. Sendo que o relatório do Fiscal Único é de 16 de fevereiro de 2024. Algo tem falhado relativamente a estes procedimentos. Quanto aos resultados financeiros do 1.º Semestre de 2023 encontra-se nas contas um saldo positivo de 20 mil euros. O que se pode dizer mais. Tal como nos restantes iremos esperar pelas contas finais do ano. “-----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

14. ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES DA NAZARÉ QUALIFICA, E. M., UNIPESSOAL, LDA. PARA O ANO 2024 (Para conhecimento) -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que na página 8 do documento para o ponto 14, quando se fala em investimentos se vê a aquisição de 18 parquímetros no valor de 90 mil euros, e que gostariam de saber se esses parquímetros são novos para implementar ou para substituição de alguns que já existem ou sendo para implementar novos, onde serão? Que, em relação ao veículo Trator Buggy, gostaria de saber, qual a intenção da utilização do mesmo? Inteveio o Dr. João Graça para responder: que relativamente à questão dos parquímetros disse que, efetivamente a intenção será renovar o parque de parquímetros. Que relativamente ao buggy, disse que, foi um investimento que foi realizado pela Nazaré Qualifica e que se destina a um protocolo que, entretanto, irá surgir entre a empresa Nazaré Qualifica e a Câmara Municipal para o veículo ficar ao dispor da Proteção Civil para todos os eventos relacionados com ondas na Praia do Norte e também eventualmente para a vigilância/socorro e salvamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

*durante um período de verão – equipamento que irá ficar ao dispor da população através de um protocolo/parceria entre a Nazaré Qualifica e a Câmara Municipal da Nazaré. **Questionou ainda a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, se no âmbito dos investimentos do PRR no valor de 100 mil euros, que gostaria de algum esclarecimento sobre isso. **Respondeu o Dr. João Graça**, que como será sabido, a Nazaré Qualifica, estará envolvida na parceria com a Câmara Municipal e que será esse valor que cabe à Nazaré Qualifica investir, e que essencialmente irão investir em equipamentos de monitorização para a gestão do estacionamento na via pública. Que querem no fundo controlar os estacionamentos que estarão disponíveis para serem ocupados. Que, farão o controlo através de hardware, software que existe disponível no mercado, onde se conseguirá fazer a leitura dos lugares que estarão ocupados e dos lugares que se encontram livres. Que, depois essa informação será centralizada e será divulgada nas principais entradas da Vila. **Ainda perguntou a Dra. Tânia Gandaio**, como seriam feitos os depósitos a nível dos parquímetros, porque têm vindo a salientar que, são vistos muitas vezes os próprios que fazem a fiscalização a fazer os depósitos com dois baldes. Qual será, o procedimento em relação aos depósitos em conta bancária, dos valores que são retirados e por quem terá a competência para o fazer? **Respondeu o Senhor Dr. João Graça** que, todos os equipamentos de todos os parquímetros têm sistemas de segurança, cofres, e cada vez que “Há uma mexida” no cofre, é feito registo, sendo emitido um ticket, que terá o valor que se encontra depositado em cofre. Que, sempre que existe um levantamento de moedas nos parquímetros, existe um cofre que recolhe as moedas daquele parquímetro e de seguida a máquina imprime o ticket. Que, para além disso, conseguem controlar o que sai nesse ticket e qual a quantidade de moedas, através de um software dos dois fornecedores que têm dos parquímetros e que conseguem ter a certeza do valor que estará no cofre e com o ticket fazem a conferência. Que, seguidamente, esse dinheiro será recolhido, sendo que à partida todas as máquinas serão recolhidas, e que depois os valores serão recolhidos pela Nazaré Qualifica, sendo novamente contabilizados e que depois serão entregues a uma empresa de segurança que efetua o transporte da Nazaré Qualifica e que a sede dessa empresa de segurança certificada, volta a fazer nova contagem e entrega esses valores no banco, no caso no BPI. Que esses valores, são registados contabilisticamente e são auditados. **Interveio a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, para questionar, se em relação ao levantamento que existem pessoas específicas para fazer esse serviço ou se qualquer um que se encontre de serviço faz o levantamento? **Respondeu o Senhor Dr. João Graça** que existem pessoas específicas e dependendo da altura do ano, semanalmente têm também funcionários da empresa com quem mantêm contacto, fazem a recolha, sempre acompanhados de um funcionário da Nazaré Qualifica, que será responsável por essa área. Que, a Nazaré Qualifica não tem Tesoureiro. -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

Intervenção CDU – Ponto 14 -----

“Também aqui se regista um atraso no envio destes documentos à AMN. Estando o Plano e Orçamento pronto desde 18 de dezembro e havendo prazos a cumprir como se indica no despacho, não se entende como só em 16 de fevereiro o Fiscal Único emite o seu relatório. Neste como no anterior despacho, o Sr. Presidente em exercício de funções, conseguiu ser mais rápido que o fiscal único e emitiu o despacho um dia antes de receber o relatório. Sendo assim, o procedimento não estaria completo. Mas isso não deve ser ilegal. Quanto ao Plano propriamente dito, é mais do mesmo. Um documento obrigatório que serve para orientar as políticas públicas e se deixa por cumprir, em grande parte, na maior parte das vezes. “ -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

15. PROTOCOLO – PROCESSO DE TRANSFERENCIA DE COMPETENCIAS DA DOCAPESCA PARA O MUNICÍPIO DA NAZARÉ – ÁREAS PORTUÁRIAS E MARÍTIMAS E ÁREAS URBANAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÓMICO NÃO AFETAS À ATIVIDADE PORTUÁRIA (Para conhecimento)

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que quis saber sobre a demora do processo de transferência de competências da DOCAPESCA à Assembleia? Que, lhes chamou à atenção de que existe uma discrepância muito grande a nível dos pontos que foram colocados à Assembleia Municipal – situações que vêm de outubro com situações de urgência, em que pontos relacionados com o mesmo assunto foram à reunião de outubro e que outros continuam pendentes. Que, não sabem qual será a razão e que gostariam de algum esclarecimento? Que, lhes parece que seja um assunto onde já existiu intervenção e que a declaração de voto dos vereadores que representavam o PSD em reunião de Câmara na altura em que em 2023 foi esta situação a reunião de Câmara, assim com foi em 2021, e que lhes parece que algumas das indicações que se encontram presentes na declaração de voto ainda se mantem para a bancada do PSD alguma preocupação, nomeadamente com as questões dos acessos a esta praia, que atendendo às vivendas que lá existem, e que de algum modo têm receio que se possam tornar privado e que a população em geral deixe de poder usufruir daquele espaço. Que, em relação aos profissionais da pesca, quem saber quais são e se têm algum plano previsto nesta área?

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia, para lembrar que na última Assembleia Municipal surgiu a questão da eleição da Mesa, e que acompanhou essa situação com o Presidente José Ramalhal, e que existiu uma preocupação porque alguns pontos que já tinham vindo para inserir na Assembleia, que já tinha pedido a renúncia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

mas que ainda estava a tomar conta do processo e porque iria haver a eleição da nova Mesa, houve ali alguma seleção nesses pontos que iriam para a Assembleia. Que, poderá ser uma das razões, uma vez que acompanhou o processo. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente em exercício, Manuel Sequeira para responder às questões: *que as respostas sobre as festas se encontram em seu poder, que se encontravam no mail, mas que ainda não tinha visto, e que lamentando, disse que, no dia seguinte já faria o envio. Que, será um assunto que irá falar com o Presidente Walter, quando este regressar. Que, não têm presente aquilo que será a dinâmica daquela área que ultrapassa a zona supostamente balnear que foi referida pela Dra. Tânia. -----*

- Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues, *que começou por dizer que, apesar de não conhecer o processo em grande detalhe, tem acompanhado de uma forma indireta, quer com o Gabinete Pescas e Praia, e até com o Presidente. Que, não se irá privatizar absolutamente nada. Recorda que a concessão daquelas vivendas foi feita pela Docapesca e não pelo município da Nazaré. Que a concessão está atribuída não sabe por quantos anos, sendo que o mesmo acontece noutras áreas, alguns assuntos relativos a isto, sendo que todas essas concessões serão válidas e estão em curso. Que, em vez de pagarem a Docapesca, pagarão ao Município da Nazaré. Que, aquela área não é balnear, que eventualmente poderá ser balnear, mas sem apoios de praia. Que, o que se pretende será tentar melhorar aquelas condições de áreas recreativas. Que quanto á zona marítima, vai-se tentar dignificar aquele espaço, e acima de tudo que seja um espaço de lazer em que se consiga reconciliar com o Porto, coisa que há mais de 40 anos se deveria ter feito e que até ao dia de hoje, por razões várias. -----*

- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Marques, que colocou algumas questões:

- Relativamente aos contratos de protocolos de exploração existentes, perguntou, se transitam para a Câmara Municipal ou se mantêm na esfera da Docapesca e se os valores do contrato que se mantêm em vigor são referentes às tabelas da Docapesca ou se são atualizados com base nas taxas municipais e como são as atualizações anuais feitas e se será possível serem facultados à Assembleia os contratos para se ter conhecimento?

Intervio o Senhor Vereador Orlando, para responder: *que não sabia em detalhe, mas que o que tem conhecimento será exatamente o que acontece com as concessões de praia, onde terão uma série de concessões de praia que foram atribuídas em que se pagava à APA um valor, e a partir do momento em que a APA sai, se passa a ser entidade gestora direta. Que, pensa que não existe aqui, alteração a esses valores, mas a Dra. Helena poderá dar um melhor esclarecimento. -----*

- Intervio a Dra. Helena Pola para prestar esclarecimentos: *que o protocolo já foi assinado, mas ainda não está totalmente implementado, com eficácia plena, sabendo que o Gabinete Pescas e Praia, que é internamente a área que tem esse dossier pronto, que estará em reuniões com a Docapesca no sentido de haver a passagem do total dos dossiers. Que, em relação aos contratos, assim que forem recebidos o que irá acontecer, será que os contratos se manterão em vigor nos termos em que foram efetuados até ao*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

*seu final, e o que irá acontecer, será a análise jurídica do clausulado. Que, atualizar será sempre possível, mas com a taxa que estiver no contrato e que terá de ser cumprido até ao final, tendo-se provavelmente depois de se lançar concurso. Mas que, só com os contratos em mãos, é que se poderá analisar e perceber a eficácia jurídica de cada uma das obrigações que se encontram lá, plasmadas. Que ela, Gabinete Jurídico, ainda não recebeu esses contratos, mas sabe que o GPP está em articulação com a Docapesca. Com o Dr. Jorge Lorrão no sentido de haver essa passagem de testemunho, o mais rapidamente possível. **Intervio o Senhor Vereador Orlando Rodrigues**, para acrescentar que a informação que lhe foi transmitida sobre a matéria é que da parte do GPP já houve várias diligências no sentido de haver essa transição de pastas, para evitar o que aconteceu com a transição das áreas balneares, que foi feito de uma forma inexplicável, onde foi basicamente o entregar das pastas e para que não volte a acontecer, se está a diligenciar no sentido de se ter uma reunião com a Docapesca, no sentido de se tentar esclarecer em maior detalhe cada um dos processos para que a transição seja feita da melhor forma, mas que não depende do Município da Nazaré.----*

A Assembleia tomou conhecimento. -----

16. CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE – INSTALAÇÃO DO FUNICULAR – PEDERNEIRA, NAZARÉ (Para conhecimento) -----

*- **Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão**, que quis alertar para uma dúvida: que há uns anos atrás, aquando da construção daquilo que se chama “SPA” que a empresa Serafim & Silva fez na Pederneira, foi feita uma cedência desta área, e que não sabe, se essa cedência se encontra em vigor ou não e se poderá ser feito cedências da mesma área, porque no edital dessa construção, encontra-se lá a cedência desta área, ou parte dessa área? **Intervio o Senhor Deputado Pedro Marques** que disse que, por curiosidade, será o facto de ser cedido um terreno à Câmara Municipal, como será depois feito o pagamento do IMI ou dos impostos devidos pelo terreno e se o proprietário será isento dessa parte? -----*

*- **Usou da palavra a Dra. Helena Pola**, que prestou esclarecimentos: disse que não tem conhecimento do processo, mas que uma coisa será certa – a escritura foi feita e se existiu alguma cedência não estaria registada, nem nenhum ónus que permitisse ou que obstaculizasse no caso, a celebração da escritura, porque esta escritura foi feita e registada na Conservatória na presente semana. Que, apesar de não ter conhecimento dessa situação, irá ter a curiosidade de investigar dará a devida resposta por e-mail. Que uma coisa será certa – não estava registado qualquer ónus e, portanto, a escritura foi feita. Que, em relação ao IMI, disse que, será uma boa questão, sendo que a cedência será gratuita e não terá sido pedida nenhuma compensação, em que ónus de utilização será da Câmara, mas a propriedade será sempre dele. -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

A Assembleia tomou conhecimento. -----

17. *CEDÊNCIA EM REGIME DE GRATUITIDADE DE PARCELA, EM DIREITO DE SUPERFÍCIE, PELA JUNTA AO MUNICÍPIO, PARA REGULARIZAÇÃO PREDIAL DO PÓLO DE SAÚDE DE FAMALICÃO (Para conhecimento)*

A Assembleia tomou conhecimento. -----

18. *LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO DAS ENTIDADES PÚBLICAS – DECLARAÇÕES (Para conhecimento)*

A Assembleia tomou conhecimento. -----

19. *LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO DAS ENTIDADES PÚBLICAS – DECLARAÇÕES – CUMPRIMENTO DO ARTIGO 15º. DA LEI Nº. 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – SMN (Para conhecimento) -----*

Intervenção CDU – Ponto 19 -----

“Encontram-se nestes documentos razões para mais preocupação por parte da CDU. No caso das dívidas de clientes aos Serviços Municipalizados da Nazaré o valor já se encontra acima de 1 Milhão de euros. Corretamente são: 1.012.204,33 €. Não se compreende este valor em tão pouco tempo. Isto quando há poucos anos se perdoou uma dívida de valor aproximado. Será que não são os mesmos clientes que estão a lesar o município e os restantes municípios? Ou será que isto é uma prova de que nem todos estão capazes de superar a crise que atravessamos? São as questões que deixamos nesta parte final da reunião. “ -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão, que perguntou: que na classificação económica tem a rubrica a dizer “outros”, na primeira página, ...”4.326 ... outros... e 3.849,89... outros” e fazendo juízo à questão dos juros, -----

- Usou da palavra o Senhor Dr. Cláudio Varela, que prestou esclarecimentos: que se referem à tarifa de disponibilidade da água, porque são documentos coletivos e que têm um programa de faturação que depois quando transfere para o Pocal, agrega vários recibos da mesma entidade. -----

- Que, relativamente à questão de um milhão de euros, referiu que a faturação de dezembro se encontra aqui na listagem, e são quinhentos mil euros, ou seja, o grosso desse valor não se encontra vencido, só se vencendo em janeiro, portanto será certo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

os Serviços Municipalizados têm um valor com alguma antiguidade, mas que grande parte já se encontra em execução fiscal desde 2011, e que existe uma parte anterior, que terá de vir uma informação à Assembleia – primeiro ao Conselho de Administração, depois a reunião de Câmara e mais tarde à Assembleia, uma vez que é um período muito antigo e será muito difícil se recuperar a dívida anterior a 2011. Que, o grosso desse valor, é efetivamente de dezembro de 2013. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR.

Após leitura, foi aprovada, por unanimidade. -----

Por nada mais haver a tratar, sendo vinte e três horas trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente Minuta de Ata, assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia, e por mim, Ana Paula de Sousa Veloso, Técnica Superior, que a redigi e subscrevi. -----
